**EXCELENTÍSSIMO JUIZO DA VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE CIDADE - ESTADO**

**...** **(nome completo em negrito da parte),** ... (nacionalidade), ... (estado civil), ... (profissão), portador do CPF/MF nº ..., com Documento de Identidade de n° ..., residente e domiciliado na Rua ..., n. ..., ... (bairro), CEP: ..., ... (Município – UF), por seus advogados, bastante procuradores, que esta subscrevem, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, com fulcro no artigo [1.699](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10615037/artigo-1699-da-lei-n-10406-de-10-de-janeiro-de-2002) do [Código Civil](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1035419/c%C3%B3digo-civil-lei-10406-02) c. C artigo [15](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/11264091/artigo-15-da-lei-n-5478-de-25-de-julho-de-1968) da Lei [5.478](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/103299/lei-de-alimentos-lei-5478-68)/68 propor

**AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS C/C ANTECIPAÇÃO DE TUTELA**

em face de **... (nome em negrito da parte)**, ... (indicar se é pessoa física ou jurídica), com CPF/CNPJ de n. ..., com sede na Rua ..., n. ..., ... (bairro), CEP: ..., ... (Município– UF), pelas razões de fato e de direito que passa a aduzir e no final requer.:

**DOS FATOS**

O alimentado, ora requerido, é fruto de um relacionamento amoroso entre o alimentante, ora requerente, e a representante legal do menor, conforme certidão em anexo.

Após a separação, os genitores do alimentado acordaram que ele ficaria sob a guarda fática de sua mãe, bem como combinaram as visitas do pai e o pagamento dos alimentos.

Nesta seara, o requerente sempre ajudou na criação do requerido, prestando toda assistência moral e afetiva que um filho necessita, além de contribuir monetariamente dentro de suas possibilidades.

Todavia, no ano de xxxx, o requerido propôs ação de fixação de alimentos, que tramitou perante a 1ª Vara de Família e Sucessões desta comarca sob o nº ..., ocasião em que o alimentado alegou mas não conseguiu provar que o alimentante teria uma renda mensal de R$ .... Assim, ficara acordado entre as partes o pagamento da quantia de R$ ..., a ser reajustado pelo mesmo índice de reajuste do salário mínimo federal, o que atualmente equivale a R$ ....

Ocorre que, além do requerente jamais ter tido uma renda próxima à alegada pelo requerido, atualmente está ele desempregado, conforme se denota de sua carteira de trabalho em anexo, e depende de pequenos “bicos” para sustentar sua família, sendo que sua renda média mensal dificilmente ultrapassa os R$ ....

Também, insta salientar que o requerente é pai de outra criança (certidão de nascimento em anexo), sendo que não seria justo que ele pague quase R$ ... ao requerido enquanto destina bem menos ao seu outro filho.

Deste modo, ante as dificuldades financeiras enfrentadas, não restou ao requerente outra alternativa senão propor a presente ação revisional para reduzir o valor dos alimentos pago ao requerido, mormente porque houve uma evidente alteração fática em sua situação econômica.

**DO DIREITO**

Conforme é cediço o valor da prestação alimentar não transita em julgado, podendo ser alterado a qualquer tempo caso ocorra alteração na condição financeira do alimentado ou do alimentando, conforme dispõem os artigos [1.699](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10615037/artigo-1699-da-lei-n-10406-de-10-de-janeiro-de-2002) do [Código Civil](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1035419/c%C3%B3digo-civil-lei-10406-02) e artigo [15](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/11264091/artigo-15-da-lei-n-5478-de-25-de-julho-de-1968), caput, da Lei [5.478](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/103299/lei-de-alimentos-lei-5478-68)/68.

Com efeito, no presente caso houve uma significativa queda na renda mensal do requerente, uma vez que atualmente está ele desempregado e depende de pequenos trabalhos esporádicos como ajudante de pedreiro em que recebe por dia de labuta. Nesta seara, conforme é de conhecimento público e notório, o setor de construção civil atravessa uma crise sem precedentes em nosso país[1], minguando as antes já escassas oportunidades de trabalho do requerente.

Nada obstante a penosa situação econômica do requerente, não se olvida que ele permanece com o dever de alimentar o requerido, garantindo-lhe o “direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (art. [227](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10644726/artigo-227-da-constitui%C3%A7%C3%A3o-federal-de-1988), [CF](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/155571402/constitui%C3%A7%C3%A3o-federal-constitui%C3%A7%C3%A3o-da-republica-federativa-do-brasil-1988)), mas sempre de acordo com sua capacidade financeira.

Assim, a redução dos alimentos pagos ao requerido não implica a extinção do seu direito fundamental à alimentação, mas apenas objetiva uma readequação do valor que ele recebe, deixando a verba alimentar no patamar que o requerente conseguirá suportar, principalmente porque o alimentado não é o único filho do alimentante, e caso se mantenha o valor atual dos alimentos, haverá uma evidente afronta à isonomia entre os filhos do requerente, o que é vedado pela nossa [Constituição Federal](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/155571402/constitui%C3%A7%C3%A3o-federal-constitui%C3%A7%C3%A3o-da-republica-federativa-do-brasil-1988).

Neste diapasão, o [§ 1º](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10615264/par%C3%A1grafo-1-artigo-1694-da-lei-n-10406-de-10-de-janeiro-de-2002) do artigo [1.694](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10615295/artigo-1694-da-lei-n-10406-de-10-de-janeiro-de-2002) do [Código Civil](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1035419/c%C3%B3digo-civil-lei-10406-02) preceitua que “Os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada.”

Pois bem, no caso em tela temos que o requerente atualmente está desempregado e sobrevive com pequenos trabalhos esporádicos, tendo uma renda mensal em torno de R$ .... De outro lado, o requerido tem 7 anos e não é portador de necessidades especiais, fazendo que o valor de R$ ... atualmente recebido seja muito superior à média fixada nesta comarca.

Em casos semelhantes nossa jurisprudência é uníssona quanto a possibilidade de redução da verba alimentar, senão vejamos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. REVISIONAL DE ALIMENTOS. REDUÇÃO LIMINAR. DESEMPREGO. NOVO FILHO.

Viável reduzir de forma liminar os alimentos devidos pelo pai/agravante, quando comprovado que está desempregado e que tem novo filho, nascido depois da fixação da obrigação em revisão. DERAM PROVIMENTO. (Agravo de Instrumento Nº 70058000084, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rui Portanova, Julgado em 13/03/2014)

APELAÇÃO. REVISIONAL DE ALIMENTOS. REDUÇÃO OPERADA PELA SENTENÇA. ADEQUAÇÃO. PAI/ALIMENTANTE QUE PROVOU REDUÇÃO EM SUAS POSSIBILIDADES.

Caso de pai/alimentante que provou redução em suas possibilidades, por estar formalmente desempregado, e por ter mostrado dificuldades financeiras inclusive para arcar com as próprias despesas. Hipótese em que se mostra cabível o redimensionamento no valor dos alimentos (...) (Apelação Cível Nº 70058729229, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rui Portanova, Julgado em 05/06/2014)

APELAÇÃO CÍVEL. REVISÃO DE ALIMENTOS. FILHO MENOR. SEM NECESSIDADES ESPECIAIS. IMPOSSIBILIDADE DO ALIMENTANTE EM ARCAR COM VALOR FIXADO. REDUÇÃO. CABIMENTO.

Caso em que o alimentante não reúne condições em arcar com o valor fixado originalmente, tendo em vista estar desempregado. E ainda, o alimentante já alcança pensão alimentícia a outros dois filhos. De outra banda, o alimentado não possui necessidades especiais, somente as presumíveis de um adolescente em sua faixa etária. Logo, é de rigor a redução da verba alimentar, mas não além do que já fez a sentença, de modo a atender o alimentado, sem onerar excessivamente o pai-alimentante. Sentença mantida. NEGARAM PROVIMENTO AOS APELOS. (Apelação Cível Nº 70052790755, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rui Portanova, Julgado em 21/03/2013)

Destarte, observa-se que o valor de R$ ... fora fixado sob a equivocada alegação de que o requerente tinha renda mensal em torno de R$ ..., todavia, atualmente o requerente está desempregado, e tem uma renda média mensal de R$..., tornando extremamente penoso o pagamento da quantia outrora fixada.

Deste modo, requer seja reduzido a verba alimentar paga pelo requerente ao requerido para o valor de R$ ..., observando-se o binômio possibilidade de quem paga x necessidade de quem recebe, bem como para respeitar-se a isonomia entre os filhos do requerente.

**DA TUTELA DE URGÊNCIA**

O artigo [300](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10707427/artigo-300-da-lei-n-5869-de-11-de-janeiro-de-1973), caput, [CPC](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/91735/c%C3%B3digo-processo-civil-lei-5869-73), permite ao magistrado antecipar os efeitos da tutela desde que haja “elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”.

O requisito exigido na primeira parte do artigo 300 do códex processual, que costumeiramente é denominado **fumus boni iuris**, pode ser cristalinamente vislumbrado pelos documentos em anexo que comprovam que atualmente o requerente está desempregado, não possuindo condições financeiras de pagar os alimentos anteriormente fixados.

De outro lado, artigo [300](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10707427/artigo-300-da-lei-n-5869-de-11-de-janeiro-de-1973), in fine, do [CPC](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/91735/c%C3%B3digo-processo-civil-lei-5869-73), estabelece que além da verossimilhança é preciso que exista aquilo que a práxis forense denomina como **periculum in mora**, que no caso em testilha salta aos olhos. Inicialmente porque os pequenos valores monetários que o requerente recebe diariamente são destinados exclusivamente ao seu sustento e de sua família. Outrossim, há de se considerar que estender esta situação até o final do processo em que quase a totalidade de sua renda é destinada ao pagamento da verba alimentar ao requerido, seria degradante para o requerente, colocando em xeque sua dignidade humana. Nesse sentido:

"REVISIONAL DE ALIMENTOS Deferimento de tutela antecipada -Presente a verossimilhança do alegado -Alteração na situação financeira do alimentante (comprovada pela rescisão do contrato de trabalho), que evidencia ser caso de aplicação da norma contida no artigo [1.699](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10615037/artigo-1699-da-lei-n-10406-de-10-de-janeiro-de-2002), do [Código Civil](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1035419/c%C3%B3digo-civil-lei-10406-02), que confere a possibilidade de redução dos alimentos fixados (...)" (Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Agravo de Instrumento nº 476.550.4/1-00, Relator Salles Rossi)

Além disso, não há qualquer risco de irreversibilidade dos efeitos da decisão, pois na remota hipótese de Vossa Excelência entender, no momento da sentença, que o valor da pensão alimentícia não deve ser reduzido, o retorno ao status quo poderá ser realizado de forma imediata.

Com efeito, a situação narrada pelo requerente aliada à lei e aos julgados colacionados nesta exordial, tornam a necessidade de redução do valor da prestação alimentar para R$ ... em medida imediata e imperativa, sob pena de perecimento do requerente e sua família, que ora encontram-se privados do básico para o sustento.

Do contrário, haverá flagrante desrespeito aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e do artigo [7º](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10641213/artigo-7-da-constitui%C3%A7%C3%A3o-federal-de-1988), inciso [X](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10726685/inciso-x-do-artigo-7-da-constitui%C3%A7%C3%A3o-federal-de-1988), da [Carta Magna](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/155571402/constitui%C3%A7%C3%A3o-federal-constitui%C3%A7%C3%A3o-da-republica-federativa-do-brasil-1988), que prevê a proteção salarial, além de negar-se a efetividade jurisdicional.

Portanto, uma vez demonstrados os requisitos necessários, deve ser concedido a antecipação dos efeitos da tutela para o fim de reduzir, imediatamente, a verba alimentar para o valor de R$ ....

**DO PEDIDO**

Ante todo o exposto, requer a Vossa Excelência:

a) A concessão ao requerente dos benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos da Lei [1.060](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109499/lei-de-assist%C3%AAncia-judici%C3%A1ria-lei-1060-50)/50, por ser ele pessoa pobre na acepção jurídica do termo, não podendo arcar com a custas processuais sem prejuízo de seu sustento e de sua família, conforme declaração em anexo;

b) A concessão da tutela de urgência, inaudita autera pars, para o fim de reduzir, imediatamente, a verba alimentar para o valor de R$ ...;

c) A citação do requerido, na pessoa de seu representante legal, para que apresente resposta dentro do prazo legal,

d) A intimação do representante do Ministério Público bandeirante, conforme estabelecido pelo artigo [178](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10723083/artigo-178-da-lei-n-5869-de-11-de-janeiro-de-1973), II, [CPC](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/91735/c%C3%B3digo-processo-civil-lei-5869-73);

E) Ao final, julgar a presente ação totalmente procedente, tornando definitiva a tutela de urgência concedida, fixando-se como definitiva a prestação alimentar no valor de R$ ..., a ser paga todo dia ... de cada mês pelo requerente, na conta corrente da representante legal do requerido.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, em especial a prova documental e testemunhal.

Dá-se à causa o valor de R$ ..., nos termos do artigo [292](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10708903/artigo-292-da-lei-n-5869-de-11-de-janeiro-de-1973), III, do [Código de Processo Civil](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/91735/c%C3%B3digo-processo-civil-lei-5869-73).

Nestes termos,

pede e espera deferimento.

... (Município – UF), ... (dia) de ... (mês) de ... (ano).

**ADVOGADO**

OAB n° .... - UF